

# SUMÁRIO

## I. PRINCÍPIOS

1. Conceito e amplitude
2. Graduação dos princípios

## II. PRINCÍPIOS REGENTES

1. Dignidade da pessoa humana
  - 1.1 Aspectos do crime e a dignidade da pessoa humana
  - 1.2 Aspectos do processo e a dignidade da pessoa humana
  - 1.3 A dignidade da pessoa humana na jurisprudência
    - 1.3.1 Exteriorização penal
      - 1.3.1.1 Insignificância e crime militar
      - 1.3.1.2 Tráfico de drogas e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos
      - 1.3.1.3 Execução provisória da pena
      - 1.3.1.4 *Sursis* humanitário e prisão domiciliar
      - 1.3.1.5 Inexistência de casa do albergado
      - 1.3.1.6 Controle judiciário da execução penal
      - 1.3.1.7 Insignificância no contexto tributário
      - 1.3.1.8 Penas alternativas e cestas básicas
      - 1.3.1.9 Finalidade da pena
      - 1.3.1.10 Redução a condição análoga à de escravo
      - 1.3.1.11 Trabalho externo e regime semiaberto
      - 1.3.1.12 Visita íntima
      - 1.3.1.13 Local adequado para abrigar inimputável
      - 1.3.1.14 Superlotação dos presídios e regime inadequado
      - 1.3.1.15 Indevida violação do sigilo bancário pela Receita Federal
      - 1.3.1.16 Violação da dupla punição pelo mesmo fato
      - 1.3.1.17 Progressão de regime para condenado estrangeiro
    - 1.3.2 Exteriorização processual penal
      - 1.3.2.1 Prisão domiciliar
      - 1.3.2.2 Justa causa para a ação penal e recebimento da denúncia

- 1.3.2.3 Prisão cautelar e razoável duração do processo
- 1.3.2.4 Competência federal e redução à condição análoga a de escravo
- 1.3.2.5 Direito de presença em juízo
- 1.3.2.6 Avaliação da palavra da vítima
- 1.3.2.7 A soberania dos veredictos e a dignidade da vítima
- 1.3.2.8 Ilegitimidade da prova advinda da fase inquisitiva
- 1.3.2.9 Excepcionalidade da prisão cautelar
- 1.3.2.10 Provas ilícitas e direito à intimidade
- 1.3.2.11 Tráfico de drogas e liberdade provisória
- 1.3.2.12 Fixação da competência federal nos crimes contra a organização do trabalho
- 1.3.2.13 Termos usados na denúncia para designar o acusado
- 1.3.2.14 Comparecimento em juízo durante a execução da pena
- 1.3.2.15 Indispensabilidade da fundamentação da decisão judicial
- 1.3.2.16 Denúncia genérica
- 1.3.2.17 Substituição da prisão por outras medidas cautelares
- 1.3.2.18 Condições precárias de saúde e direito à liberdade provisória

## 2. Devido processo legal

- 2.1 Aspectos ligados ao crime
- 2.2 Aspectos ligados ao processo
- 2.3 A devida investigação penal
- 2.4 O devido processo legal na jurisprudência
  - 2.4.1 Exteriorização penal
    - 2.4.1.1 Correlação com a intervenção mínima
    - 2.4.1.2 Correlação com a responsabilidade pessoal
  - 2.5.2 Exteriorização processual penal
    - 2.5.2.1 Correlação com a ampla defesa
    - 2.5.2.2 Correlação com a duração razoável do processo
    - 2.5.2.3 Correlação com o contraditório
    - 2.5.2.4 Correlação com as provas ilícitas
    - 2.5.2.5 Correlação com a prevalência do interesse do réu
    - 2.5.2.6 Correlação com a presunção de inocência
    - 2.5.2.7 Correlação com o duplo grau de jurisdição
    - 2.5.2.8 *Habeas corpus* e avaliação de provas
    - 2.5.2.9 Videoconferência antes da Lei 11.900/2009
    - 2.5.2.10 Nulidade do processo e avaliação do prejuízo para o réu
    - 2.5.2.11 Julgamento antecipado da lide
    - 2.5.2.12 Possibilidade de decretação da prisão cautelar
    - 2.5.2.13 Observância dos prazos
    - 2.5.2.14 Oferta de suspensão condicional do processo pelo Ministério Público
    - 2.5.2.15 Perícia não pode ser substituída por testemunhas
    - 2.5.2.16 Correlação com publicidade do processo, ampla defesa e contraditório em relação ao sigilo imposto por Provimento do TJSP
    - 2.5.2.17 Correlação com o direito à liberdade provisória
    - 2.5.2.18 Expressão do direito de defesa

### III. DIREITOS E GARANTIAS HUMANAS FUNDAMENTAIS

1. Direitos humanos fundamentais
2. Garantias humanas fundamentais
3. Superioridade dos direitos e garantias fundamentais e harmonia das normas constitucionais

### IV. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E ENFOQUES PROCESSUAIS PENAIS

1. Princípios explícitos
  - 1.1 Concernentes à atuação do Estado
    - 1.1.1 Princípio da legalidade ou da reserva legal e princípios correlatos da estrita legalidade da prisão cautelar, da obrigatoriedade da ação penal e da oficialidade
      - 1.1.1.1 Conceito e alcance
      - 1.1.1.2 Legalidade formal e eficácia do princípio
      - 1.1.1.3 Fontes do direito penal e do processo penal
      - 1.1.1.4 Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco
      - 1.1.1.5 Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva
      - 1.1.1.6 Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva
      - 1.1.1.7 Medida de segurança: aspectos cautelares e executórios
      - 1.1.1.8 A função do costume nos âmbitos penal e processual penal
      - 1.1.1.9 Estrita legalidade da prisão cautelar
      - 1.1.1.10 Obrigatoriedade da ação penal
      - 1.1.1.11 Oficialidade
      - 1.1.1.12 A legalidade na jurisprudência
    - 1.1.2 Princípio da anterioridade da lei penal
      - 1.1.2.1 Conceito e aplicação prática
      - 1.1.2.2 Correlação com a retroatividade da lei penal benéfica
      - 1.1.2.3 A anterioridade na jurisprudência
    - 1.1.3 Princípio da retroatividade da lei penal benéfica
      - 1.1.3.1 Conceito e relevância
      - 1.1.3.2 Extratividade da lei penal benéfica
        - 1.1.3.2.1 Ultratividade da lei
        - 1.1.3.2.2 Retroatividade da lei
        - 1.1.3.2.3 Lei penal intermediária
      - 1.1.3.3 Lei penal abolicionista e o princípio da continuidade normativa típica
      - 1.1.3.4 Aspectos polêmicos da retroatividade benéfica
        - 1.1.3.4.1 Interpretação benéfica de lei penal
        - 1.1.3.4.2 Lei penal corretiva ou interpretativa
        - 1.1.3.4.3 Lei penal publicada com erro
        - 1.1.3.4.4 Lei penal em *vacatio legis*
        - 1.1.3.4.5 Lei penal inconstitucional
        - 1.1.3.4.6 Combinação de leis penais

- 1.1.3.4.7 Crime permanente e crime continuado
- 1.1.3.5 Competência para aplicação
- 1.1.3.6 Leis processuais penais materiais
- 1.1.3.7 Lei penal excepcional ou temporária
- 1.1.3.8 A retroatividade da lei penal benéfica na jurisprudência
  - 1.1.3.8.1 Retroatividade benéfica na aplicação da pena
  - 1.1.3.8.2 Combinação de leis
  - 1.1.3.8.3 Retroatividade benéfica do complemento de norma em branco
  - 1.1.3.8.4 Irretroatividade prejudicial
  - 1.1.3.8.5 Norma processual penal material benéfica
  - 1.1.3.8.6 Extratividade fora do período data do fato/término do interesse punitivo estatal
  - 1.1.3.8.7 Ultratividade benéfica
  - 1.1.3.8.8 Retroatividade da remição benéfica
  - 1.1.3.8.9 Competência para aplicar a lei nova favorável
  - 1.1.3.8.10 Retroatividade de norma extrapenal gerando insignificância
- 1.1.4 Princípio da humanidade
  - 1.1.4.1 A concretude do princípio da humanidade
  - 1.1.4.2 A humanidade na jurisprudência
    - 1.1.4.2.1 Progressão de regime
    - 1.1.4.2.2 Cumprimento da pena privativa de liberdade em presídio federal
    - 1.1.4.2.3 Viabilidade da prisão domiciliar
    - 1.1.4.2.4 Extensão da medida de segurança
    - 1.1.4.2.5 Progressão de regime para estrangeiro
- 1.2 Concernentes ao indivíduo
  - 1.2.1 Princípio da personalidade ou da responsabilidade pessoal e princípio consequencial da intranscendência
    - 1.2.1.1 Conceito e amplitude
    - 1.2.1.2 A medida penal do princípio
    - 1.2.1.3 A medida extrapenal do princípio
    - 1.2.1.4 Correlação entre responsabilidade pessoal e culpabilidade
    - 1.2.1.5 Correção entre responsabilidade pessoal e intranscendência
    - 1.2.1.6 A responsabilidade pessoal na jurisprudência
      - 1.2.1.6.1 Exigência
      - 1.2.1.6.2 Não configuração
      - 1.2.1.6.3 Concurso de pessoas
      - 1.2.1.6.4 Responsabilidade civil independente
      - 1.2.1.6.5 Intranscendência
      - 1.2.1.6.6 Execução penal
      - 1.2.1.6.7 Confusão indevida entre pessoa jurídica e sócio
  - 1.2.2 Princípio da individualização da pena e princípio correlato da individualização das medidas cautelares processuais penais
    - 1.2.2.1 Conceito e importância
    - 1.2.2.2 A concretização da pena: *quantum*, regime e benefícios

- 1.2.2.3 A motivação da aplicação da pena
- 1.2.2.4 Individualização das medidas cautelares processuais penais
- 1.2.2.5 A individualização executória
- 1.2.2.6 A detração e o regime inicial de cumprimento da pena
- 1.2.2.7 A individualização da pena na jurisprudência
  - 1.2.2.7.1 Fundamentação da dosimetria
  - 1.2.2.7.2 Não ofensa ao princípio da individualização da pena
  - 1.2.2.7.3 Contexto processual
  - 1.2.2.7.4 Individualização executória
  - 1.2.2.7.5 Regime inicial semiaberto e inclusão do réu no fechado por falta de vaga
  - 1.2.2.7.6 Deferimento da progressão do fechado ao semiaberto e falta de vaga
  - 1.2.2.7.7 Concessão de indulto e rigoroso cumprimento dos termos do decreto
  - 1.2.2.7.8 Cálculo das causas de aumento do roubo: qualidade e não quantidade
  - 1.2.2.7.9 Individualização de corréus
  - 1.2.2.7.10 Importância do critério trifásico
  - 1.2.2.7.11 Inconstitucionalidade de lei em face do regime inicial fechado
  - 1.2.2.7.12 Progressão para estrangeiro
  - 1.2.2.7.13 Limite mínimo e coexistência de atenuantes
  - 1.2.2.7.14 Vedação ao *bis in idem*
  - 1.2.2.7.15 Supressão de instância

## 2. Princípios implícitos

### 2.1 Concernentes à atuação do Estado

#### 2.1.1 Princípio da intervenção mínima – princípios paralelos e corolários: subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade

- 2.1.1.1 Princípio da insignificância
  - 2.1.1.1.2 A insignificância na jurisprudência
    - 2.1.1.1.2.1 Aplicabilidade
    - 2.1.1.1.2.2 Inaplicabilidade
- 2.1.1.3 Princípio da adequação social
  - 2.1.1.4 A adequação social na jurisprudência criminal
    - 2.1.1.4.1 Admissibilidade
    - 2.1.1.4.2 Inadmissibilidade
    - 2.1.1.4.3 A polêmica do crime do art. 229 do Código Penal
  - 2.1.1.5 A tipificação do perigo abstrato

#### 2.1.2 Princípio da taxatividade

- 2.1.2.1 Conceito e importância
- 2.1.2.2 Mecanismos legítimos para a construção dos tipos penais: elementos normativos, subjetivos específicos e norma em branco
- 2.1.2.3 Análise dos tipos abertos
  - 2.1.2.3.1 Os elementos necessários
  - 2.1.2.3.2 Os excessos ofensivos à taxatividade
- 2.1.2.4 As falhas de construções dos tipos penais
  - 2.1.2.4.1 Tautologia

- 2.1.2.4.2 Omissão descritiva
- 2.1.2.4.3 Excesso descritivo
- 2.1.2.4.4 Estrutura fechada em tipo aberto
- 2.1.2.4.5 Estrutura aberta em tipo fechado
- 2.1.2.4.6 Estrutura fechada excessivamente limitante
- 2.1.2.4.7 Inserção de elemento subjetivo genérico
- 2.1.2.4.8 Inserção de elemento subjetivo específico limitador
- 2.1.2.4.9 Título inadequado
- 2.1.2.4.10 Título implícito
- 2.1.2.5 Normas penais explicativas
- 2.1.2.6 Tipos remissivos
- 2.1.2.7 Política criminal
- 2.1.2.8 A taxatividade na jurisprudência
- 2.1.3 Princípio da proporcionalidade
  - 2.1.3.1 Conceito e dimensão
  - 2.1.3.2 Alterações legislativas e desproporcionalidade
  - 2.1.3.3 O princípio da proibição da proteção deficiente
  - 2.1.3.4 A proporcionalidade na jurisprudência
    - 2.1.3.4.1 Aplicação da pena
    - 2.1.3.4.2 Pena pecuniária
    - 2.1.3.4.3 Correlação com o princípio da individualização da pena
    - 2.1.3.4.4 Execução da pena
    - 2.1.3.4.5 Prisão cautelar e medidas cautelares alternativas
- 2.1.4 Princípio da vedação da dupla punição pelo mesmo fato
  - 2.1.4.1 Conceito e aplicação prática
  - 2.1.4.2 Correlação com a individualização da pena
  - 2.1.4.3 Inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal
  - 2.1.4.4 A constitucionalidade da aplicação da reincidência
  - 2.1.4.5 Absorção do perigo pelo dano
  - 2.1.4.6 A dupla punição na jurisprudência
    - 2.1.4.6.1 Extradução
    - 2.1.4.6.2 Reincidência
    - 2.1.4.6.3 Consideração do mesmo fato para diferentes fases da aplicação da pena
    - 2.1.4.6.4 Regime de cumprimento da pena e pena restritiva de direitos
    - 2.1.4.6.5 Conflito aparente de normas
    - 2.1.4.6.6 Elementares do tipo e demais circunstâncias para aplicação da pena
    - 2.1.4.6.7 Concurso entre roubo qualificado e quadrilha [associação criminosa] armada
    - 2.1.4.6.8 Circunstâncias judiciais na dosimetria da pena
    - 2.1.4.6.9 Concurso entre delitos financeiros e lavagem de dinheiro
    - 2.1.4.6.10 Em confronto com a transação penal
- 2.2 Concernente ao indivíduo

- 2.2.1 Princípio da culpabilidade
  - 2.2.1.1 Conceito e relevância
  - 2.2.1.2 Dolo e culpa: uma nova abordagem
  - 2.2.1.3 Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa
  - 2.2.1.4 Culpabilidade no campo da aplicação da pena
  - 2.2.1.5 Culpabilidade no processo penal
  - 2.2.1.6 A culpabilidade na jurisprudência
    - 2.2.1.6.1 A responsabilidade penal objetiva na jurisprudência
    - 2.2.1.6.2 Culpabilidade na aplicação da pena

## **V. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS PENAIS E ENFOQUES PENAIS**

### **1. Princípios explícitos**

#### **1.1 Concernentes ao indivíduo**

##### **1.1.1 Princípio da presunção de inocência**

- 1.1.1.1 Conceito e extensão
- 1.1.1.2 Ônus da prova
- 1.1.1.3 Excepcionalidade das medidas restritivas à liberdade e à intimidade
  - 1.1.1.3.1 A denúncia anônima
  - 1.1.1.3.2 A prisão preventiva como fundamento cautelar único
  - 1.1.1.3.3 O *habeas corpus* e a dúvida quanto à necessidade da prisão cautelar
- 1.1.1.4 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu e da imunidade à autoacusação
  - 1.1.1.4.1 Prevalência do interesse do réu
  - 1.1.1.4.2 Imunidade à autoacusação e direito ao silêncio
  - 1.1.1.4.3 Presunção de culpa no Direito Penal
  - 1.1.1.4.4 Inaplicabilidade após o trânsito em julgado
  - 1.1.1.4.5 Prescrição antecipada ou virtual
  - 1.1.1.4.6 A presunção de inocência na jurisprudência

##### **1.1.2 Princípio da ampla defesa**

- 1.1.2.1 Conceito e vastidão
- 1.1.2.2 Autodefesa e defesa técnica
- 1.1.2.3 Correlação com o estado de inocência
- 1.1.2.4 Correlação com a duração razoável do processo e impunidade
- 1.1.2.5 Especificidades no processo penal
- 1.1.2.6 A ampla defesa na jurisprudência
  - 1.1.2.6.1 Atuação do defensor
  - 1.1.2.6.2 Conteúdo da acusação
  - 1.1.2.6.3 Peças processuais
  - 1.1.2.6.4 Medidas cautelares de restrição à propriedade
  - 1.1.2.6.5 Comunicações de atos por edital
  - 1.1.2.6.6 Revogação de benefícios penais
  - 1.1.2.6.7 Avaliação de provas

- 1.1.2.6.8 Apelação e fuga do réu
- 1.1.2.6.9 Execução penal
- 1.1.2.6.10 Confronto com o crime de falsa identidade
- 1.1.2.6.11 Confronto com o Provimento 32/2000 do TJSP, que impõe sigilo aos nomes de vítimas e testemunhas
- 1.1.2.6.12 Apreciação de recurso somente pelo relator
- 1.1.2.6.13 Fixação de indenização civil na sentença condenatória
- 1.1.2.6.14 Atuação do Ministério Público em 2.º grau
- 1.1.2.6.15 Ordem de inquirição do réu e das testemunhas
- 1.1.3 Princípio da plenitude de defesa
  - 1.1.3.1 Conceito e interesse prático
  - 1.1.3.2 Especificidades no processo penal
  - 1.1.3.3 Restrição à autodefesa técnica
  - 1.1.3.4 A plenitude de defesa na jurisprudência
    - 1.1.3.4.1 Atuação do defensor
    - 1.1.3.4.2 Autodefesa e defesa técnica
    - 1.1.3.4.3 Superioridade em relação à ampla defesa
    - 1.1.3.4.4 Tréplica no júri
    - 1.1.3.4.5 Não divulgação do resultado total da votação
    - 1.1.3.4.6 Quesito de interesse defensivo não levantado pelas partes em plenário
    - 1.1.3.4.7 Intimação de corréu e seu defensor para o interrogatório de outro acusado
    - 1.1.3.4.8 Presença do acusado no julgamento
    - 1.1.3.4.9 Prazo entre a intimação do Defensor Público e a data do julgamento pelo júri
    - 1.1.3.4.10 Reconhecimento de atenuante de ofício pelo juiz presidente
    - 1.1.3.4.11 Ausência de correlação entre acusação e pronúncia
- 1.2 Concernente à relação processual
  - 1.2.1 Princípio do contraditório
    - 1.2.1.1 Conceito e limites
    - 1.2.1.2 Contraditório de fatos
    - 1.2.1.3 Contraditório de direito
    - 1.2.1.4 Contraditório de provas
    - 1.2.1.5 Contraditório de alegações e requerimentos
    - 1.2.1.6 A não prevalência do contraditório
    - 1.2.1.7 O contraditório na jurisprudência
      - 1.2.1.7.1 Provas
      - 1.2.1.7.2 Investigação policial
      - 1.2.1.7.3 Nulidades
      - 1.2.1.7.4 Análise dos argumentos das partes
      - 1.2.1.7.5 Recebimento da denúncia
      - 1.2.1.7.6 Advogado
      - 1.2.1.7.7 Recursos
      - 1.2.1.7.8 Direito de audiência



- 1.2.1.7.9 Execução penal
  - 1.2.1.7.10 *Habeas corpus*
  - 1.2.1.7.11 Medidas cautelares
  - 1.2.1.7.12 Indenização civil
  - 1.2.1.7.13 Absolvição sumária do art. 397 do CPP
  - 1.2.1.7.14 Revisão criminal
  - 1.2.1.7.15 Necessidade de intimação
  - 1.2.1.7.16 Imposição de penas restritivas de direitos
  - 1.2.1.7.17 Inviabilidade da inovação da tese defensiva na tréplica
  - 1.2.1.7.18 Ordem de manifestação para sustentação oral
  - 1.2.1.7.19 Indeferimento de carta rogatória
  - 1.2.1.7.20 Inovação de tese em embargos de declaração
- 1.3 Concernentes à atuação do Estado
- 1.3.1 Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes
    - 1.3.1.1 Conceito e abrangência
    - 1.3.1.2 Juiz natural e juízo ou tribunal de exceção
    - 1.3.1.3 Juiz imparcial
    - 1.3.1.4 Iniciativa do juiz
    - 1.3.1.5 Imparcialidade e motivação das decisões
    - 1.3.1.6 Modificações de competência
    - 1.3.1.7 Instrumentos casuísticos
    - 1.3.1.8 O juiz natural e imparcial na jurisprudência
      - 1.3.1.8.1 Juiz Natural
      - 1.3.1.8.2 Juiz imparcial
      - 1.3.1.8.3 Supressão de instância
  - 1.3.2 Princípio da publicidade
    - 1.3.2.1 Conceito e mérito
    - 1.3.2.2 Intimidade e informação
    - 1.3.2.3 Segredo de justiça e suas implicações
    - 1.3.2.4 A publicidade na jurisprudência
      - 1.3.2.4.1 Publicidade específica
      - 1.3.2.4.2 Recursos
      - 1.3.2.4.3 Confronto com o sigilo
      - 1.3.2.4.4 Divulgação do nome do réu
      - 1.3.2.4.5 Intimação pelo Diário Oficial
  - 1.3.3 Princípio da vedação das provas ilícitas
    - 1.3.3.1 Conceito e fundamento
    - 1.3.3.2 Provas obtidas ilicitamente e a prevalência do interesse do réu
    - 1.3.3.3 Disciplina legal
    - 1.3.3.4 As provas ilegítimas e as nulidades
    - 1.3.3.5 A teoria da proporcionalidade na aceitação da prova ilícita

- 1.3.3.6 A prova ilícita por derivação
- 1.3.3.7 Incidente de ilicitude da prova
- 1.3.3.8 A prova ilícita na jurisprudência
  - 1.3.3.8.1 Prova ilícita por derivação
  - 1.3.3.8.2 Demonstração da ilicitude da prova
  - 1.3.3.8.3 Utilização de prova ilícita na sentença
  - 1.3.3.8.4 Confronto com o direito à intimidade
  - 1.3.3.8.5 Prova produzida por particular
  - 1.3.3.8.6 Interceptação telefônica
  - 1.3.3.8.7 Reconhecimento do acusado
- 1.3.4 Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar
  - 1.3.4.1 Conceito e relevância
  - 1.3.4.2 Princípio da duração razoável do processo
  - 1.3.4.3 Princípio da duração razoável da prisão cautelar
    - 1.3.4.3.1 O critério da proporcionalidade
  - 1.3.4.4 A economia processual na jurisprudência
    - 1.3.4.4.1 Duração razoável da prisão cautelar
    - 1.3.4.4.2 Duração razoável do processo
    - 1.3.4.4.3 Perpetuação da jurisdição
    - 1.3.4.4.4 Falha de fundamentação e redução de pena
    - 1.3.4.4.5 Reconhecimento de nulidade
    - 1.3.4.4.6 Incompatibilidade da citação por edital no Juizado Especial Criminal
    - 1.3.4.4.7 Julgamento unificado
    - 1.3.4.4.8 Hipótese de absolvição sumária
    - 1.3.4.4.9 Respeito à ampla defesa
    - 1.3.4.4.10 Prova emprestada
    - 1.3.4.4.11 Em conflito de competência
- 1.3.5 Princípios regentes do Tribunal do Júri
  - 1.3.5.1 Tribunal do Júri como direito e garantia humana fundamental
  - 1.3.5.2 Princípio do sigilo das votações
  - 1.3.5.3 Princípio da soberania dos veredictos
  - 1.3.5.4 Princípio da preservação da competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida
  - 1.3.5.5 O sigilo das votações na jurisprudência
    - 1.3.5.5.1 Motivação das decisões
    - 1.3.5.5.2 Incomunicabilidade dos jurados
  - 1.3.5.6 A soberania dos veredictos na jurisprudência
    - 1.3.5.6.1 Apelação
    - 1.3.5.6.2 Pronúncia
    - 1.3.5.6.3 Quesitação
    - 1.3.5.6.4 Recursos
  - 1.3.5.7 Competência para os crimes dolosos contra a vida

## 2. Princípios implícitos

### 2.1 Concernentes à relação processual

#### 2.1.1 Princípio do duplo grau de jurisdição

##### 2.1.1.1 Conceito e aplicabilidade

##### 2.1.1.2 Exceções ao duplo grau de jurisdição

##### 2.1.1.3 Fundamentação nos graus superiores

##### 2.1.1.4 Supressão de instância

##### 2.1.1.5 O duplo grau de jurisdição na jurisprudência

###### 2.1.1.5.1 Limites ao duplo grau de jurisdição

###### 2.1.1.5.2 Exercício do duplo grau de jurisdição

###### 2.1.1.5.3 Correlação com outros princípios

###### 2.1.1.5.4 Supressão de instância

###### 2.1.1.5.5 Recurso no Júri

###### 2.1.1.5.6 Julgamento por câmaras formadas por juízes de primeiro grau

### 2.2 Concernentes à atuação do Estado

#### 2.2.1 Princípio do promotor natural e imparcial

##### 2.2.1.1 Conceito e aplicação

##### 2.2.1.2 Fundamento constitucional

##### 2.2.1.3 O promotor natural na jurisprudência

###### 2.2.1.3.1 Previsão no ordenamento brasileiro

###### 2.2.1.3.2 Atuação na fase investigatória

###### 2.2.1.3.3 Competência por prerrogativa de foro

###### 2.2.1.3.4 Unidade e indivisibilidade do MP

#### 2.2.2 Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato

##### 2.2.2.1 Conceito e mérito

##### 2.2.2.2 Correlação com impunidade

##### 2.2.2.3 A reabertura da persecução penal

###### 2.2.2.3.1 A inconstitucionalidade do art. 414, parágrafo único, do CPP

##### 2.2.2.4 O duplo processo na jurisprudência

###### 2.2.2.4.1 Reinício da persecução penal

## **VI. SÍNTESE CONCLUSIVA DAS PROPOSTAS RELATIVAS À EXEGESE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS**

1. Princípios regentes
2. Direitos e garantias humanas fundamentais
3. Legalidade
4. Anterioridade
5. Retroatividade
6. Humanidade
7. Responsabilidade pessoal
8. Individualização da pena e das medidas cautelares processuais penais
9. Intervenção mínima
10. Taxatividade

11. Proporcionalidade
12. Dupla punição pelo mesmo fato
13. Culpabilidade
14. Presunção de inocência
15. Ampla defesa
16. Plenitude de defesa
17. Contraditório
18. Juiz natural e imparcial
19. Publicidade
20. Provas ilícitas
21. Economia processual
22. Júri
23. Duplo grau de jurisdição
24. Promotor natural e imparcial
25. Duplo processo pelo mesmo fato
26. Primazia da Constituição Federal

## **BIBLIOGRAFIA**

## **ANEXOS**